

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Itamar e ministros divergem sobre estatais

*O presidente quer controlar em detalhes preços e tarifas públicas e recusa explicações dos auxiliares para os pedidos de aumento*

BEATRIZ ABREU



O governo Itamar Franco ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre a política para as empresas estatais. O presidente em exercício quer controlar até o detalhe preços e tarifas públicas, como ficou demonstrado esta semana pela exigência de que a Petrobrás e os ministros econômicos comprovem a necessidade e a justiça dos percentuais de reajuste dos preços de combustíveis — o que não tinham conseguido até ontem.

“O presidente desafia seus ministros, ao lhes fazer as perguntas que ocorrem ao cidadão”, resume um dos desafios, o ministro da Fazenda, Gustavo Krause. Ele perguntou aos ministros por que os preços públicos podem subir todo mês e o salário mínimo, apenas a cada quatro meses. E o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão, provocou alar-me ao anunciar que aumentaria duas das tarifas da Telebrás — ligação local e fichas telefônicas, que entram no cálculo da inflação — a cada quatro meses. A medida foi interpretada como uma diretriz geral, a ser adotada por todas as empresas.

**Contrato de gestão** — Krause e Paulo Haddad, do Planejamento, foram forçados a esclarecer que não querem reprimir as tarifas das estatais e criar mais déficit público, para combater a inflação. Os ministros, na verdade, estão divididos entre a necessidade de garantir o controle das empresas pelo Executivo — “elas querem ser autônomas no lucro e dependentes do déficit” critica um auxiliar de Krause — e o projeto de adotar, a médio prazo, os chamados contratos de gestão — que garantem maior autonomia econômico-financeira às diretorias, mas são incompatíveis com o controle de preços



Protásio Nêne/AE — 19/10/92

## Conflito

*Krause e Haddad: desafio de Itamar com perguntas que ocorrem ao cidadão*

sugerido pelo estilo do presidente.

O problema imediato dos ministros é resolver como as estatais poderão auxiliar o governo no combate à inflação, sem ter prejuízo. A equipe econômica apresentará ao presidente esta semana a proposta de criar um cronograma de aumentos, que permita reajuste de preços e tarifas a cada dois ou três meses e ao final de determinado período possam acompanhar, também, a evolução da inflação.

Em um ponto, segundo os técnicos, Itamar Franco impôs seu ponto de vista na discussão sobre as empresas estatais: os reajustes devem refletir, principalmente, a evolução dos

custos de cada empresa e não um mero repasse da inflação, como se fez até agora para o setor de energia elétrica. A ideia é adotar uma criteriosa planilha de custos. Os aumentos serão concedidos com um olho na inflação e outro nos custos específicos de cada setor.

Mas abrir planilhas é questão polêmica. O presidente não concordou com os estudos apresentados pelo ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, para justificar o aumento dos combustíveis, e quer informações sobre os custos da estatal. Os técnicos que acompanham a área estão perplexos: “O problema das estatais é discutido por todo mundo e não é definido por ninguém, é difícil

conciliar os detalhes.”

Esta semana, os funcionários da antiga Coordenação de Controle das Empresas Estatais — que será transformado em um Departamento do Ministério do Planejamento — foram surpreendidos por um decreto de Itamar Franco. O presidente determina que os representantes dos conselhos fiscal e de administração serão definidos pelos ministros aos quais as estatais estão vinculadas. O ex-ministro Marcellio Marques Moreira havia colocado um representante do extinto ministério da Economia em cada uma das estatais para “fiscalizar” as decisões dos conselhos de administração. Itamar invalidou essa decisão.

## Sem consenso

Os parlamentares economistas envolvidos na discussão da reforma fiscal no Congresso continuam com posições divergentes sobre a maioria das propostas

**Imposto sobre Ativos** — Há unanimidade de que não passa no Congresso. O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), sugere como alternativa a votação do projeto que regulamenta o imposto sobre fortunas.

**IPMF** — O tributo será aprovado. Mas ninguém sabe a fórmula e o nome que terá. O deputado Benito Gama (PFL-BA) acha que o IPMF deveria substituir o Finsocial, a Contribuição sobre Lucro das empresas e o PIS. O deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) acha que a conta não fecha. O Finsocial recolhe US\$ 7 bilhões, o PIS, US\$ 2,5 bilhões, e a contribuição sobre o lucro US\$ 1,9 bilhão. O IPMF só arrecadaria US\$ 9 bilhões. O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) alerta para o fato de que é com esse imposto que o governo vai fechar as contas em 93.

● O deputado José Serra (PSDB-SP) considera que a reforma proposta pelo governo implica queda da receita tributária nacional, se não for computado o IPMF.

● O deputado Aluízio Mercadante (PT-SP) defende uma alíquota de 0,15% para o IPMF e não de 0,3%, como quer o governo. Acha que com alíquota mais baixa o imposto emplaca.

● Roberto Freire diz que o IPMF “é essencial para a caixa”.

**Contribuição sobre Valor Agregado (CVA)** — Os secretários estaduais de Fazenda temem que a contribuição implique sonegação do ICMS. A CVA perdeu força no Congresso.

● Benito Gama chama a atenção para a “extrema dificuldade operacional” da contribuição, mesma posição defendida por Ponte e Rigotto.

● Mercadante considera que a CVA é o “caminho natural” para uma reforma tributária ampla e estrutural, porque evita o efeito cascata e é a taxa usada nos países mais avançados. Mesma posição tem José Serra.

● Francisco Dornelles (PFL-RJ) considera a ideia interessante, mas acha que a alíquota de 7% proposta pelo governo não cobre os gastos com Previdência e Saúde.

● Freire acha que cresce o apoio à proposta no Congresso e no meio empresarial, mas admite resistências dos pequenos e médios empresários.

**Imposto Seletivo (IS)** — A substituição do IPI e do IVV pelo Imposto Seletivo sobre seis itens (combustíveis, cigarros, veículos, bebidas, energia elétrica e telecomunicações) é uma das medidas mais polêmicas. Ponte considera que o IS poderia determinar o fim do IPI e do ICMS.

● José Serra (PSDB-SP) acha que bastaria ao governo zerar a alíquota do IPI para os demais produtos. Não precisaria criar um novo tributo nem alterar a Constituição.

● Mercadante está convencido de que a combinação do Imposto Seletivo com o ICMS vai reduzir a arrecadação dos grandes centros urbanos. São Paulo, calcula, perderia US\$ 84 milhões.

● Benito Gama vê problemas regionais, relacionados com o fim do IPI. As indústrias de São Paulo ficariam mais competitivas, agravando a concentração da atividade econômica no País.

● Em meio às divergências, Freire admite que o imposto “está em aberto”.

**Quebra do sigilo bancário** — Existe moderada simpatia no Congresso pela medida.

● Ponte é a favor, embora saiba que parte do PMDB é contra.

● Mercadante é a favor e Benito Gama estuda a possibilidade de incluir alguma coisa em seu substitutivo, que ajude no combate à sonegação.

● Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou uma proposta que cria o Tribunal Fazendário, destinado a julgar questões tributárias. A ideia de Maurílio é colocar em prática uma experiência existente na Alemanha e na Bélgica, onde não existe liminar suspendendo o pagamento dos impostos sub judice. Se perder a causa, o governo devolve o que foi arrecadado, com correção monetária.

● José Serra (PSDB-SP) considera uma grave lacuna no projeto do governo a ausência de medidas para resolver rapidamente pendências judiciais sobre tributos.

● Freire acha que o Congresso poderá aproveitar emenda do deputado Roberto Campos (PDS-RJ), que prevê a “ação declaratória”, pela qual o presidente da República ou o procurador-geral podem pedir que o STF declare se determinada lei é constitucional.

**Mudança do ano fiscal** — O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, é contra. Mas o seu partido, o PFL, é a favor. O líder do partido no Senado, Marcos Maciel, sugeriu a mudança do ano fiscal para abril/março.

● Mercadante é contra e o deputado José Serra acha que a proposta é como “queimar a casa para assar o leitão”.

● Benito Gama diz que ainda não descartou a hipótese.

● Ponte e Germano Rigotto acham que o prazo exigido para a discussão e votação da reforma fiscal poderá levar à mudança.

● Francisco Dornelles tem uma emenda constitucional propondo a mudança do ano fiscal para abril/março.

● Freire conseguiu dos partidos compromisso de um esforço para a votação do ajuste este ano. “Nós corremos o risco de ficar discutindo a mudança do ano fiscal e não o projeto de reforma tributária”, diz.